



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Maio de 2011

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES DO PROCESSO DE DES-RE-TERRITORIZAÇÃO VIVENCIADO
PELA COMUNIDADE DE ITAMBI (ITABORAÍ- RIO DE JANEIRO)

Yana dos Santos Moysés (UFF) - yanasmoyes@hotmail.com

Graduada em Oceanografia (UERJ). Mestre em Geografia (PUC-Rio)Doutoranda em Geografia(UFF). Professora no curso de Eng. Ambiental da Celso Lisboa.

Introdução

A comunidade de caranguejeiros de Itambi, localizada nos mangues da APA de Guapimirim, será transferida para um conjunto habitacional, o qual está inserido em um projeto do PAC do Município de Itaboraí, às margens da BR- 493, futura via do Arco Metropolitano.

Ao mesmo tempo, a instalação de um pólo petroquímico na região, o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (COMPERJ), certamente ocasionará futuros danos nos mangues da APA de Guapimirim, a partir das interpretações dos documentos e de entrevistas de/com gestores do IBAMA e ICMBio analisados nessa pesquisa, que possivelmente interferirão nos modos de vida e sobrevivência dessa comunidade. A comunidade passa assim por um processo de perda de seu lugar de vida, afetividade, convivência e sobrevivência.

Esse artigo analisará então as políticas públicas que atualmente impactam o território de vida da Comunidade Itambi – a saída da comunidade dos mangues e a entrada do COMPERJ do município. Em outras palavras, analisaremos a *des-re-territorialização* da Comunidade de Itambi, que ultrapassa a perda do território em sua dimensão material, buscando-se considerar outras racionalidades a partir das perspectivas, desejos e necessidades da população comunitária, grupo diretamente atingido pelas políticas públicas de desenvolvimento em andamento no Município de Itaboraí. Tais políticas estão focadas, ao mesmo tempo, como estratégias de proteção ambiental e como possibilidade de “desenvolvimento” associada à transformação da base técnico-produtiva da indústria moderna.

Busca-se compreender a realidade estudada à luz do conceito de território, na medida em que esse conceito servirá tanto como instrumento para interpretação e significação de uma realidade “em devir”, quanto como o próprio é componente dessa realidade. Esse é também instrumento de uso, já que intervém nessa realidade “em processo”, participando e modificando, ou seja, transformando o “real”, que ele mesmo “re-conhece” (HAESBAERT, 2008).

Nesse sentido, compreende-se aqui o território como o lugar de luta, resistência e busca por melhores condições de vida, estas entendidas como qualidade de vida, justiça social e desenvolvimento(s). Entende-se que a territorialidade possa ser potencializada como estratégica política na busca desse(s) desenvolvimento(s) com mais autonomia dos sujeitos envolvidos.

A Busca da(s) territorialidade(s) para desenvolvimento(s) com maior autonomia

A abordagem territorial aqui proposta enfatiza as relações de poder que constituem o território. Estas, baseando-se em Haesbaert (no prelo, p.09-10), abrangem desde a natureza estatal-administrativa e político-econômica até a mais simbólica, o que inclui a própria identidade territorial da Comunidade de Itambi entendida aqui também como instrumento de poder.

Entende-se assim que o território não envolve unicamente o tradicional poder político. O mesmo autor (2007) compreende que o território diz respeito tanto ao poder na dimensão mais explícita, de dominação, até a mais implícita, de apropriação e, baseado em Lefèbvreⁱⁱ, entende que os processos de dominação estão vinculados a dinâmicas mais concretas, “funcionais”, de valor de troca, enquanto que os de apropriação seriam os relacionados aos processos mais simbólicos, do “vivido”, ao valor de uso. O território, dessa maneira, estaria sempre dentro de um *continuum*, entre a dimensão de dominância “funcional”, em um extremo, e de dominância simbólica, em outro extremo, dois pólos que, por sua vez, não necessariamente se opõem.

Entretanto, como se observa no caso da Comunidade de Itambi, o “território funcional e simbólico” de interesses de certos grupos ao imporem a *des-re-territorialização* dessa comunidade, invade “as funções” da comunidade, refazendo e interferindo, dessa maneira, na própria re-configuração das construções identitárias desse grupo, ou seja, interfere no “vivido” dessa comunidade.

Seguindo esse raciocínio, Rua (2007) também baseado em Lefèbvre, compreende então que o espaço (feito território), ao mesmo tempo em que traz simbolismos do cotidiano, do vivido, do particular, pode também transmitir mensagens de poder e de dominação hegemônica, “expressões do geral, do concebido que, muitas vezes, são aceitas/impostas como única alternativa” (p.162). Nesse sentido, o COMPERJ traz consigo esse discurso, visto como uma “possibilidade única”, até então “nunca conquistada”, e “desejada por todos”, de “desenvolvimento”, “progresso”, “modernização” na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, em especial no Município de Itaboraí. Tal ideário passa a ser divulgado pelo Estado e pelos interesses de alguns grupos em seus diversos meios de comunicação, e a força com que esse discurso é imposto e circulado sem questionamentos e alternativas faz com que grande parte da população local, do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil o aceitem e contribuam para a sua proliferação.

Então, como Saquet (2008) evidencia, os mediadores da reprodução do poder e do controle do/no espaço desses grupos hegemônicos, são “a formação de redes de circulação e comunicação que ligam o singular ao universal e vice-versa, interferindo dessa forma

diretamente nas territorialidades dos diferentes indivíduos e classes sociais” (p.129). Isto pode levar mesmo ao “fim” de certos grupos e territorialidades e à perda dos seus principais referências simbólicos, impossibilitando a própria sobrevivência dos indivíduos.

Em alguns relatos, não apenas dos moradores da Comunidade de Itambi, como também dos gestores das unidades de conservação envolvidos no projeto de modernização, Itambi está fadada a desaparecer. A perda do território significa assim o fim do próprio grupo com a desvinculação direta da funcionalidade com a identidade.

Haesbaert (2007, p.23), baseado em Milton Santos (2000) e Jean Gottman, diferencia o território para os “atores hegemônicos” do território para os “atores hegemonzados”. Nessa distinção, o primeiro trata o território como recurso, como acumulação e lucro em nosso sistema de produção, ou seja, “um meio para obter um fim”, estando esses atores, muitas vezes, desvinculados com o território. Já o segundo compreende o território como abrigo, proteção, ou seja, “um fim em si mesmo”. Enquanto o primeiro pode abstrair-se da identificação com o território, para o segundo, a perda do território pode significar “desaparecer”.

Contudo, o chefe da APA de Guapimirim e o chefe da Estação Ecológica da Guanabara vão mais além: eles acreditam que com a instalação do COMPERJ no local, mesmo que as pessoas permaneçam em seu território de vida de até então, a comunidade “desapareceria” da mesma forma, já que seus membros perderiam seus referenciais simbólicos, seus recursos materiais de sobrevivência e a afetividade com o território. Ou seja, a Comunidade de Itambi seria forçada, de qualquer maneira, a se deslocar em um futuro próximo.

Observa-se assim, a partir das interpretações tanto da própria comunidade como dos gestores das Unidades de Conservação (UCs), que a Comunidade de Itambi estaria vivenciando uma precarização territorial tanto no sentido simbólico-cultural como no político-econômico. Isso nos leva diretamente à discussão de Haesbaert (2004) quando o geógrafo relaciona *desterritorialização à exclusão social*. A partir das interpretações dos parágrafos anteriores compreende-se que os territórios sejam também recursos inerentes à reprodução social e, dessa maneira, a exclusão social e a efetiva pobreza equivaleriam à exclusão territorial. A partir daí, a desterritorialização deve ser vista no seu sentido mais forte e mais estrito: “(...) a desterritorialização como exclusão, privação e/ou precarização do território enquanto “recurso” ou “apropriação” (material e simbólica) indispensável à nossa participação efetiva como membros de uma sociedade” (HAESBAERT, 2004, p.315).

Dessa maneira, segundo o autor, a desterritorialização em seu aspecto social, tão pouco enfatizada na discussão de desterritorialização, é a que poderia carregar melhor essa noção, ou seja, é quando os grupos, de fato, perdem o seu referencial simbólico, seu lugar de abrigo, proteção e sobrevivência.

Entretanto, sendo justos ao autor, essa desterritorialização nunca é absoluta, sendo sempre acompanhada de reterritorialização(ões)ⁱⁱⁱ. Nesse sentido, a Comunidade de Itambi estaria vivenciando um processo de *des-re-territorialização*, sendo a análise deste processo necessária para detectar sua precarização territorial, tanto no sentido da dimensão político-econômica do território quanto da dimensão simbólico-cultural. Busca-se assim entender esse processo desde o sentimento da perda gradual já concretamente efetivada de certos referenciais simbólicos (o abrigo, convivência e afetividade com outros moradores) até a do controle do território. Por outro lado, a análise desse processo também nos possibilita verificar as possíveis estratégias criadas por esse grupo e os seus movimentos de resistências.

Compreende-se assim o medo da desterritorialização como exclusão social. Entretanto, seguindo com o raciocínio de Haesbaert (2004), é importante atentar para a compreensão da noção de exclusão. Nas palavras do autor, esta:

(...) deve ser sempre qualificada, adjetivada (...) jamais deve ser vista na perspectiva conservadora que faz uso do termo para legitimar medidas paliativas de “reinserção” social, sem questionar as condições de (in)justiça social, (in)quidade econômica, (falta de) autonomia política e reconhecimento cultural dos grupos sociais nela envolvidos (p.319)

Essa racionalidade sobre a exclusão pode servir de base para discursos e estratégias de determinados grupos que agem de acordo com interesses próprios alegando estarem a serviço do “bem comum” de muitos, sem que estes sejam consultados ou participem das decisões sobre a sua própria existência. A própria re-territorialização da Comunidade de Itambi dos mangues para um conjunto habitacional é justificada em alguns documentos de gestores envolvidos na obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e de outros das UCs envolvidas na política de “bem comum” da comunidade. Entretanto, esse “bem” para comunidade é questionado nas próprias falas dos moradores de Itambi que alegam não terem sido consultados, mas apenas comunicados de sua futura remoção. Alguns moradores argumentam que eles deveriam ter sido perguntados sobre o que eles pensam sobre o que é o “bem” deles.

A partir disso, torna-se agora necessário levantar a questão da identidade territorial, baseando-se na reflexão de Haesbaert (2007a). Para este autor, essa identidade é uma estratégia de luta e/ou resistência, o que deve ser ampliado pela visão de Saquet (2008) para quem deve ser destacado o caráter político da identidade como possibilidade de transformação social.

Como Haesbaert (2007a) nos lembra, a questão não é a discussão da veracidade ou falsidade de uma construção identitária, mas sim de sua eficácia política. A identidade é ligada diretamente a ações de natureza política e paralelamente também se constitui em um recurso por um mínimo de reconhecimento, “tendo em vista romper com a indiferença e o

‘desconhecimento’ que a massificação (em especial, mas não unicamente, da pobreza) promove” (HAESBAERT, no prelo, p.4). Seria, dessa maneira, o reconhecimento da diferença.

Encontrou-se nas falas dos moradores da Comunidade de Itambi a afirmação e reivindicação de sua identidade, as quais podem aqui ser interpretadas como estratégias de luta, que incluem a luta pelo próprio território em sua dimensão material. Haesbaert (2007a), baseado em Lévi-Strauss (1977), afirma que de algum modo a luta pela afirmação das diferentes identidades tem suas causas e consequências materiais, ou seja, “é entre aqueles que estão mais destituídos de seus recursos materiais que aparecem formas as mais rigorosas de apego a identidades territoriais ou ‘territorialismos’” (HAESBAERT, 2007, p.23).

O mesmo grupo e/ou comunidade pode abrir-se ou fechar-se em diferentes tempos históricos. A busca pela legitimação de uma identidade mais fechada, ou mais aberta, é consequência de sua estratégia de luta e resistência, e é aí que a territorialidade pode ser potencializada na busca por desenvolvimento(s).

Pode-se perceber também nos relatos dos moradores da Comunidade de Itambi uma sobrevalorização de recursos simbólico-identitários. Os caranguejeiros falam sobre a perda da “referência do caranguejo”, sobre o fato de já estarem acostumados a morar no local (em casas nos mangues), se queixam que perderão sua tranquilidade, questionam onde plantarão suas árvores, ficarão seus barcos (que ficam hoje atracados atrás de suas casas), colocarão suas galinhas, abordam a perda da sombra e do espaço conquistados, alegam que terão que conviver com pessoas que não estão acostumados, preocupando-se até com o campeonato de futebol que é realizado uma vez por ano na comunidade. A busca pela valorização de referenciais simbólicos pela afirmação de certas diferenças pode constituir de fato a luta pela sua própria sobrevivência. Da mesma forma, a territorialidade da Comunidade de Itambi, se potencializada, pode servir de instrumento político para a transformação social. Tal afirmação se coaduna com a afirmação de Haesbaert (2007a) para quem a territorialidade tanto pode buscar constituir laços puramente simbólicos “como levar a ações efetivas na construção ou na defesa e/ou manutenção material de espaços de identidade” (p.44).

Mesmo que a relevância da identidade se dê pela sua eficácia política e não propriamente pela sua verdade, no caso da Comunidade de Itambi, a referência a recortes espaciais reais pode auxiliar, e muito, a eficácia dos discursos identitários (HAESBAERT, 2007a, p.44).

A territorialidade da Comunidade de Itambi, ou seja, as suas relações sociais (econômicas, políticas e culturais), atividades diárias e relações com a natureza, pode ser valorada e utilizada por esse grupo como estratégia político-cultural (SAQUET e

BRISKIEVICZ, 2009, p.8). Nesse sentido, Dematteis (2008) distingue territorialidade passiva e 'negativa' de territorialidade ativa e 'positiva', a partir das diferentes abordagens dessa concepção por Sack (1986) e Raffestin (1981, 2007). O primeiro autor a entende como "a tentativa, por um indivíduo ou grupo, de atingir/afetar, influenciar ou controlar as pessoas, fenômenos e relacionamentos, pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica. Esta área será chamada território (...)" (SACK, 1986, p.19). O segundo, juntamente com outros autores, entende-a como:

Conjunto de relações que nasce em um sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo, com vistas à maior conquista possível de autonomia, compatível com os recursos de um sistema (...) conjunto de relações que uma sociedade, e por isso os indivíduos, têm com a exterioridade e com a alteridade para satisfazer os próprios desejos com a ajuda de mediadores, na perspectiva de obter a maior autonomia possível, tendo em conta os recursos de um sistema (DEMATTEIS, 2008, p.34).

Nesse sentido, a primeira partiria de estratégias de controle e normas associadas, excluindo sujeitos e recursos, e a segunda visaria estabelecer a construção de estratégias de inclusão a partir "de ações coletivas territorializadas e territorializantes dos sujeitos locais" (p.35). O autor, porém, ressalta que nem sempre os objetivos da territorialidade passiva são negativos, já que antes de tudo é "com a finalidade do bem" que se exerce o controle. Entretanto, com a transferência da Comunidade de Itambi dos mangues para um conjunto habitacional, este 'bem' é delegado a partir de interesses de determinados grupos, e não a partir da autonomia e dos interesses das populações locais "com a finalidade do bem".

Souza (2001), baseado em Castoriadis (1983), define autonomia, contrapondo-a a heteronomia. Segundo ele, a autonomia apresenta duas faces:

...a individual (capacidade psicológica e possibilidade material e institucional efetiva de o indivíduo estabelecer fins para a sua existência e persegui-los de modo lúcido, em igualdade de oportunidades com os outros indivíduos da mesma sociedade) e a coletiva (presença de instituições sociais que garantam igualdade efetiva - e não apenas formal - de oportunidades aos indivíduos para a satisfação de suas necessidades e, muito especialmente, para a participação em processos decisórios relevantes na regulação da vida cotidiana) (SOUZA, 2001, p.159).

Assim sendo, a autonomia de cada comunidade pode ser a construção de outras racionalidades "de baixo para cima", ou seja, a partir da participação social inerente aos seus valores culturais e seus interesses, e não como normalmente é, "de cima para baixo", com o domínio do mercado e do Estado sobre os povos, ditando as leis e normas às sociedades (heteronomia). Contudo, como nos lembra o geógrafo brasileiro, devemos ter em mente que a conquista da autonomia é um processo e que o diálogo uma vez buscado entre culturas distintas não deve ser rejeitado. (SOUZA, 2001).

Seguindo esse raciocínio, Souza (2001, p.163-164) acredita que a territorialidade autônoma seja então a gestão radicalmente democrática do território e a capacidade da

defesa do mesmo, incluindo seus simbolismos, em face de ameaças externas. Assim como o autor, não se defende aqui uma auto-suficiência da Comunidade de Itambi sob um velho anarquismo, mas sim a conquista crescente de mais direitos e liberdades para o maior número de pessoas possíveis. Nesse sentido, compreende-se aqui que a territorialidade seja a mediação, relação social, prática e cognição em que se acrescenta a necessidade da qualidade de vida, o que inclui qualidade ambiental, na geração de relações autônomas (SAQUET, 2008). Dessa maneira, a territorialidade de Itambi inclui também as concepções de qualidade de vida do grupo que a constitui e as suas relações com a natureza exterior, as quais também obviamente terão um caráter singular.

Essa pesquisa, portanto, não pretende estabelecer prioridades e definir as metas e objetivos em nome da Comunidade de Itambi. A partir de Souza (2004), baseado em Paulo Freire (1986), essa pesquisa busca, sob um ângulo dialógico, então chamar atenção daqueles cuja autonomia deve ser respeitada e estimulada (p.179-180).

Dessa maneira, a abordagem territorial desse trabalho procura reconhecer o movimento, contradições, natureza, relações de poder e identidade territorial, os quais certamente necessitam de organização política, na busca pela autonomia, para o(s) desenvolvimento(s).

Cada indivíduo, cada família, cada instituição pública ou privada, cada unidade produtiva e de consumo, de vida produzem relações históricas e multiescalares, de poder, territoriais, territorialidades que podem ser potencializadas para um desenvolvimento^{iv} com mais autonomia, que incorpore a distribuição de terras, de capital, as diferenças culturais, a vida em sociedade e em natureza, sem medo, vícios, armadilhas (SAQUET, 2008, p.176).

Nesta citação do autor, o vocábulo 'desenvolvimento' foi sublinhado, já que, como Saquet (2008), acredita-se que esse processo deva ser identificado localmente, de acordo com as necessidades dos indivíduos e a autonomia de cada lugar, sem rejeitar ou desconhecer o *outro*. O desenvolvimento deve ser sempre territorial, construído com a participação dos diferentes sujeitos, interesses e necessidades. A territorialidade da Comunidade de Itambi assim pode ser potencializada como estratégia de organização e luta na busca pelo seu próprio desenvolvimento territorial.

A construção de um espaço multidimensional, feito território, percebido como político e pleno de relações de poder/saber dentro de um *continuum* de apropriação e/ou dominação e socialmente mais justo necessita, assim, de desenvolvimentos autênticos com sustentabilidades específicas, autônomas, "portanto participativas inequívocas das transformações sociais" (RUA, 2007, p.172).

Mesmo que até o presente momento, as resistências e a busca por territorialidades alternativas que vão contra as *des-re-territorializações* impostas pelos grupos dominantes, tenham sido quase sempre silenciadas pela força, elas apresentam momentos de viva atividade:

(...) Há sempre uma relação dialética entre os processos globais de reestruturação do capitalismo com as resistências de nível local que, quase sempre derrotadas até o presente momento, têm antagonizado os modelos ocidentais de desenvolvimento. Essas resistências se dão nas nesgas do vivido das práticas espaciais cotidianas em oposição ao processo brutal e transescalar das transformações (desenvolvimento) criadoras de renovadas representações (RUA, 2007, p.162).

Compreender assim o processo de *des-re-territorialização* vivenciado pela Comunidade de Itambi é entender o contexto multiescalar em que está inserida, o que envolve forças e interesses específicos. Territorialidades e interesses podem ser tanto econômicos e/ou políticos e/ou culturais e esses dão/darão as formas e determinados conteúdos ao território e aos territórios. Essas mesmas forças determinarão a desterritorialização e reterritorialização da Comunidade de Itambi, e a possível constituição de novas territorialidades nos mesmos ou diferentes lugares e períodos históricos (SAQUET, 2007, p.128).

A Comunidade de Itambi

Os habitantes da Comunidade de Itambi, localizados especificamente na chamada Bacia, são, predominantemente, catadores de caranguejo, e vivem em casas próprias, muito simples, em ruas não asfaltadas, de onde são vistos os barcos normalmente parados à beira do rio, por detrás das casas. O local se caracteriza por um ambiente familiar, em que todos se conhecem e vários possuem algum parentesco. A tranquilidade e a segurança local são sempre ressaltadas nas falas dos moradores.

Os caranguejeiros também não saem de suas casas para a venda do caranguejo ou do pescado, sendo a comercialização realizada na própria Bacia. No fim da rua, há um estabelecimento comercial. Observa-se, em frente a esse estabelecimento, a partir das observações nas diversas visitas realizadas em pesquisas anteriores e pela fala dos próprios moradores, uma grande mangueira, que se caracteriza como um local de encontro tanto dos moradores como de pessoas de outras localidades que vão para a Bacia comprar caranguejo.

Além da mangueira verificam-se nos quintais dos moradores plantações de abacate, laranja, goiaba, manga, banana, milho e aipim, assim como criações de pato, galinha e porco. Em seus horários de lazer, os moradores da comunidade se encontram frequentemente na rua, onde as mulheres normalmente ficam em frente de suas casas conversando uma com as outras e cuidando dos seus filhos e dos filhos de outras moradoras que não estão presentes. As crianças normalmente estão brincando, principalmente no campo de futebol. Outro ponto também destacado nas falas dos moradores, principalmente pelas mulheres, é o campeonato de futebol que ocorre uma vez

por ano no local e que, segundo elas, é freqüentado por pessoas de toda a região para participar e assistir.

Em outro trabalho, em 2008, verificou-se o sentimento de apropriação e identificação com os mangues nas falas de alguns habitantes da comunidade. Além disso, identificou-se que os catadores relacionam diretamente a preservação desse ecossistema com a conservação de suas atividades e acreditam contribuir para a manutenção desse sistema. Compreende-se assim que a manutenção dos habitantes da Comunidade de Itambi nos mangues é de fundamental importância para a conservação desse ambiente, bem como o fato de a sobrevivência dessa comunidade de catadores depender da conservação dos manguezais (MOYSÉS, 2008).

Entretanto, como já vimos, além da instalação do COMPERJ e os seus previsíveis impactos negativos nos manguezais, essa comunidade sairá do território que vive atualmente para um conjunto habitacional, o qual está inserido em um projeto do PAC do município de Itaboraí, juntamente com outras famílias residentes na Rua Levi Barroso e Vila do Campo, às margens da BR- 493, futura via do Arco Metropolitano.

As múltiplas dimensões do processo de saída vivenciado pela Comunidade de Itambi

A pesquisa com a Comunidade de Itambi foi iniciada em março de 2007. Desde dessa época, a instalação do COMPERJ já era foco de discussão tanto em Itaboraí como em outros municípios do estado do Rio de Janeiro. Os caranguejeiros de Itambi, em alguns dos seus relatos, se preocupavam com a entrada dos investimentos do complexo na região; entretanto, apenas no final do ano de 2007 escutei rumores sobre o desmonte da comunidade “em prol do desenvolvimento”. Vale ressaltar que naquele momento os moradores por mim entrevistados na localidade evitavam falar a respeito dessa provável mudança, e a comunidade, nitidamente, silenciava sobre o assunto.

Nesse mesmo período, tive o conhecimento do primeiro documento oficial registrado nessa pesquisa que constatou a saída dessa comunidade dos mangues para o conjunto habitacional, o parecer técnico 52/2007 APA-Guapimirim (13 de dezembro de 2007), o qual dizia que a transferência estava associada à construção de uma estrada principal de acesso e de outros acessos secundários que serão construídos e/ou recuperados para viabilizar o transporte de equipamentos e matéria prima até o COMPERJ. Por esse documento, o espaço onde, atualmente, os caranguejeiros vivem, serviria, em parte, para as obras do Arco Rodoviário do Rio de Janeiro e a comunidade irá residir em apartamentos e não em casas como moram atualmente. No parecer técnico destacamos que:

(...) segundo a presidente da Associação de moradores da Bacia, a maioria das pessoas está satisfeita com a implantação do projeto, pois trará uma boa qualidade de vida para todos,

haverá uma recuperação ambiental (como cita o projeto) (...). Fomos informados de que apenas uma minoria de moradores está insatisfeita, isto é, são contrários a residir em apartamentos como prevê o projeto. (p.2)

No segundo semestre de 2008, toda a comunidade já falava mais abertamente sobre esse assunto. Os moradores afirmavam que foram apenas comunicados de sua saída, não tendo acesso às informações e nenhuma participação assim na decisão desse projeto. As queixas dos moradores eram diversas e em todos os depoimentos observaram-se insatisfações, receios e medo. Além disso, Dona M afirmava que já haviam sido informados pelos gestores do conjunto habitacional do PAC (pedagogo, assistente social e arquiteto e urbanista) que eles já estavam proibidos de fazer novas construções. Como exemplo, me citava seu filho que acabara de casar e não tinha onde morar com a mulher, me mostrando os materiais de construção que o filho já havia comprado para levantar uma casa ao lado da sua.

Já no segundo semestre de 2009, as obras do PAC já eram visíveis em Itambi, principalmente na Bacia. Os ônibus já não entravam mais na vila, passando apenas na BR-493. A obra do Centro Comunitário já havia começado e a creche e o posto de saúde do conjunto habitacional já estavam prontos em outubro daquele ano.

As justificativas para a saída da Comunidade de Itambi nesse momento eram diversas. Em uma entrevista realizada com o chefe da APA de Guapimirim no dia 03 de novembro de 2009, um dos motivos seria a “autodeclaração da comunidade”, já que ele afirma que teria visitado a comunidade no fim de 2007 e que eles na época teriam se posicionado a favor.

Além disso, os gestores do conjunto habitacional do PAC afirmam, em entrevista direta, que nenhuma obra do COMPERJ passará pela área da Bacia, assim como o chefe da ESEC da Guanabara que afirma que a Petrobras teria lhes enviado uma planilha com todas as suas intervenções e que nessa não constaria nenhuma intervenção de infraestrutura na Bacia. A assistente social e o pedagogo do conjunto habitacional do PAC afirmam ainda nem saberem da existência do parecer citado anteriormente.

Já o chefe da APA de Guapimirim, também em entrevista direta, afirma que esse parecer teve “valor mínimo” e que a saída da comunidade se deve a um projeto antigo da Prefeitura de Itaboraí, mas que, com certeza, a chegada do COMPERJ na região teria acelerado a execução desse projeto, já que segundo ele, “qualquer obra que ocorre hoje na região está diretamente ou indiretamente relacionada com o pólo petroquímico” (entrevista realizada em 03/11/2009).

No decorrer dessa pesquisa, até setembro de 2009, os moradores da Comunidade de Itambi informavam que consultores os visitavam falando a respeito de indenizações para a mudança do local. A última empresa que teria entrado em contato com eles, segundo os próprios moradores e os gestores do Conjunto Habitacional do PAC, seria a empresa

PLANAVE^Y. Em entrevista com o arquiteto e urbanista responsável pelo PAC, realizada no dia 28 de setembro de 2009, ele afirmava já ter orientado aos consultores da PLANAVE para não falarem mais sobre indenizações, já que este seria um “assunto extremamente delicado”; contudo, afirmou também que o Arco Metropolitano se resumiria à duplicação da via e que não haveria nenhum corte entrando em comunidades.

Dessa maneira, os gestores do PAC não associam em suas falas a saída da comunidade com o COMPERJ, atribuindo a diversos outros motivos que vão desde a proteção ambiental até as questões assistencialistas. Segundo esses gestores, a comunidade abriga um lugar impróprio, de risco e sem infraestrutura e, dessa maneira, a mudança desta para o conjunto habitacional é visto de maneira positiva. A assistente social afirma que “lá eles vivem em uma miséria, e em uma pobreza, lá eles não tem nada, aqui eles terão tudo” (16 de setembro de 2009).

Os chefes da APA de Guapimirim e da ESEC da Guanabara ainda relacionam a saída da comunidade com o COMPERJ, porém de uma maneira um pouco diferente. Eles afirmam que o Conselho da APA de Guapimirim foi expressamente contrário ao COMPERJ. O conselho foi “uma das poucas instituições que se manifestaram expressamente contrárias ao COMPERJ; fomos derrotados junto com o Ministério Público, que foi outra instituição que também se manifestou contra”. O gestor da APA de Guapimirim continua assim sua reflexão:

(...) dentro desse conjunto do COMPERJ que a gente tá tendo que corrigir e trabalhar por algo que não acreditamos e achamos que *tá* errado, então a estratégia é, vamos reduzir o mal, é um mal inevitável, a gente vê que tem poucas coisas positivas, pouquíssimas (...) a gente vê como positiva a realocação daquela comunidade pela auto-declaração que foi manifestada para nós (Chefe da APA de Guapimirim, 03/11/2009).

A partir dessa visão, os gestores suspeitam que “seria pior se eles permanecessem onde estão”. Afirmam ainda que, por uma “perspectiva histórica e por outras histórias”, certamente a chegada do COMPERJ diminuirá a qualidade de vida daquela região e, dessa maneira, não acreditam que aquele estilo de vida tradicional poderá continuar. Seguindo esse raciocínio, a saída da Comunidade de Itambi dos mangues onde se instalou seria uma tentativa de minimizar os impactos na APA de Guapimirim, já previstos. Em outras palavras, como essa comunidade está fadada a “desaparecer” (aqui caberia o termo desterritorialização que será discutido adiante), pois já é um “fato concreto” a entrada do COMPERJ na região, acabaria se forçando, da mesma forma, a comunidade a se deslocar em um futuro próximo, já que essa certamente perderá os seus referenciais simbólicos e seus recursos materiais de sobrevivência.

A saída da comunidade da APA de Guapimirim seria uma medida para tentar impedir ou dificultar de certa forma que outras populações se instalem nesse local, sendo assim

uma medida para minimizar as futuras consequências ambientais, ou seja, no fundo sua preocupação central estaria na proteção da natureza.

Observou-se assim em trabalho anterior (MOYSÉS, 2010) que não se sabe ao certo se as infraestruturas relacionadas ao COMPERJ afetarão concretamente o território atual da Comunidade de Itambi. Entretanto, percebe-se que a saída dessa comunidade dos mangues está diretamente relacionada com a entrada do COMPERJ naquele espaço, seja por uma política ambiental que busca minimizar os futuros danos ambientais do pólo petroquímico ou por uma política de cunho assistencialista como forma de fortalecer a entrada do capital industrial no local.

De outubro de 2009 até fevereiro de 2010, os moradores continuavam a questionar a saída deles do local e os motivos dessa mudança para o conjunto habitacional. Algumas mulheres afirmavam que não iriam sair, mas segundo elas mesmas, as casas delas seriam derrubadas “mesmo com elas dentro”. Os moradores ainda se queixam das taxas que terão que pagar inclusive a do condomínio do conjunto habitacional. Além disso, a mudança de casa para apartamento, assim como o tamanho dos apartamentos do conjunto, é criticado por todos os moradores entrevistados durante esse período. Os moradores afirmavam que terão que se desfazer de vários móveis, porque eles não caberão no apartamento, lembrando que as novas habitações serão por família, e que existem algumas que são formadas por 5, 6 filhos. C. define os apartamentos como “casinhas de pombo”, acrescentando: “a gente vai criar porco, galinha tudo dentro de caixa” (16/09/2009).

Pontos essenciais e “verdades absolutas” encontrados nas agendas sociais dos gestores do Conjunto Habitacional do PAC e das UCs envolvidas como sendo ideais comuns e almejados por todos divergem de alguns valores, interesses e necessidades, ressaltados pelos habitantes da Comunidade de Itambi. A segurança, a convivência, a solidariedade, a sua relação com a natureza exterior, assim como outros referenciais simbólicos os fazem acreditar, nesse momento, que a Bacia seja um dos melhores lugares de se morar na região.

O morador J. acredita que irão perder muitas das coisas que já estão acostumados, dentre as quais a segurança. Ressalta os laços de convivência e solidariedade existentes na comunidade e suas possíveis perdas, assim como a perda de suas referências; “eles deveriam pensar melhor o que estão fazendo conosco, a referência do caranguejo é a Bacia” (16/09/2009). As mulheres observam que irão morar na beira da auto-estrada frente ao alto índice de acidentes que todos sabem possuir aquela região e se mostram preocupadas com as crianças que estão acostumadas a brincar sozinhas. Ressaltam ainda as diversas plantações existentes nos seus quintais, além da criação de certos animais, acrescentando que quando forem desalojados terão que comprar todos os produtos de consumo básico, principalmente os alimentares.

A importância das árvores ultrapassa a necessidade material e também é vista muitas vezes de maneira simbólica. O medo da perda da grande mangueira e de sua representação para a comunidade é salientada em diversas falas: é o lugar da sombra, do encontro, da conversa, onde se come o caranguejo, onde se bebe a cerveja; para muitos, o melhor lugar da Bacia. Além das árvores, os moradores temem pela perda do campo de futebol e áreas comuns de circulação.

As medidas implementadas com “a finalidade do bem” por outros atores sociais para a comunidade (DEMATTEIS, 2008), assim interpretadas pelos gestores do Conjunto Habitacional do PAC no município de Itaboraí e das UCs envolvidas, são assim criticadas pela própria comunidade: “eu acho que eles lá de fora que fizeram esse projeto tem uma visão de miséria pra gente aqui e não é isso, é uma coisa totalmente diferente, todo mundo aqui tem suas casas, todo mundo aqui tem a sua vida, né” (Morador J., 16/10/2009).

Da mesma maneira, os moradores criticam o fato de terem que sair do local para a proteção da APA de Guapimirim. Em todas as visitas realizadas na comunidade, eles afirmam não serem os responsáveis pela poluição e desmatamento dos manguezais, lembrando que a subsistência deles está diretamente relacionada aos mangues e que eles ainda colaboram para a sua conservação, ponto verificado também em trabalho anterior (MOYSÉS, 2008)^{vi}.

A comunidade, ao questionar o motivo da saída para a proteção da APA de Guapimirim, relaciona-o diretamente com a entrada do COMPERJ na região, identificando assim contradições nesse argumento ao observar que o COMPERJ trará significativos impactos para os mangues:

O COMPERJ vai acabar com o mangue, como é que teve aí o derramamento de óleo aí que teve aí, o trem descarrilou aí, acabou com o mangue, os garotos que ninguém deu uma assistência nenhuma, não recebeu uma indenização nenhuma, foi só 300 reais que eles deram para poder calar a boca dos outros, e acabou, os *freguês* sumiram tudo porque falaram que os caranguejos da gente *tava* tudo contaminado, passamos um *perrengue* e ninguém veio ajudar a gente, ninguém veio ajudar a gente e isso que aconteceu, e eles vão fazer o quê? Acabar de estragar o mangue, depois diz o quê? Que é o caranguejeiro que estraga o mangue, o pescador, como é que vai estragar se é dali que ele arranca o sustento? Ele? A gente vive muito bem, não tem caranguejo, os garotos catam *pet* dentro do mangue pra poder vender, traz, o caminhão pega tudo, de garrafa *pet* pra poder vender, eles ainda tão ajudando, fazendo um favor ainda, o pessoal *tá* revoltado mesmo de ter que sair daqui, ninguém quer sair (Moradora J.A., 11/02/2010).

A população de caranguejeiros, dessa maneira, em suas falas, não acredita que eles sentirão os benefícios divulgados pela Prefeitura de Itaboraí e Petrobras do desenvolvimento via COMPERJ. Ao contrário disso, os moradores de Itambi muitas vezes interpretam que a saída deles dos mangues juntamente com a entrada do COMPERJ no município pode resultar no “desaparecimento” dessa comunidade. Em outras palavras, pela conjuntura maior do processo vivenciado no município (o COMPERJ), a comunidade teme que a perda do território signifique o “fim da comunidade”. Percebe-se que nesse momento

entre os moradores da comunidade uma afirmação e uma reivindicação pela identidade territorial (HAESBAERT, 2007a).

Nesse período, os gestores do PAC, segundo os moradores entrevistados, teriam informado que a primeira comunidade a se mudar para o conjunto habitacional seria a Bacia em meados de abril de 2010.

Sob receio de serem a primeira comunidade a sair, os entrevistados nesse período afirmavam que estariam se organizando e que a Presidente da Associação dos Moradores já haveria marcado uma reunião para discutir tal questão. O objetivo deles naquele momento era criar uma resistência afirmando que só sairiam quando as outras duas comunidades (da Rua Levi Barroso e da Vila do Campo) saíssem e se as condições dos apartamentos estivessem iguais ao que consta na planta.

Entretanto, até dezembro do presente ano (2010) a Comunidade de Itambi ainda se encontra nos mangues da APA de Guapimirim. Os ônibus voltaram a entrar na vila, as obras do Centro Comunitário estão paradas e as do Conjunto Habitacional, segundo os próprios moradores, estão caminhando muito lentamente. Além disso, a Comunidade de Itambi continua carente de informações do futuro dos mesmos.

Segundo a Presidente da Associação dos Moradores de Itambi já está definido que a comunidade sairá dos mangues, mas não se sabe mais se irão para o Conjunto Habitacional, já que devido as enchentes na região, várias famílias da Vila do Campo que não estavam previstas que seriam transferidas para o Conjunto Habitacional, ficaram desabrigadas e ganharam preferência na lista dos apartamentos (15/10/2010). A comunidade, assim como a própria presidente, continuam sem saber inclusive os motivos da saída deles dos mangues e ainda afirmam que não querem sair de suas casas.

A presidente acrescenta que “nós não sabemos a força que temos” e que em sua última reunião com um dos representantes da Petrobras perguntou: “Quem quer que a gente saia? Por quê? E em que condições?” (15/10/2010).

Observa-se assim que a comunidade tenta estabelecer resistências. A luta pela conquista de mais direitos e liberdades da Comunidade de Itambi é constante. A população comunitária afirma que pela Associação dos Moradores conseguiram luz, coleta de lixo na Bacia e outros benefícios, tais como algumas reivindicações contra a cerâmica existente ao lado da comunidade. Os moradores afirmam que antigamente a cerâmica depositava os restos dos materiais no campo de futebol, alegando que a área que a Comunidade de Itambi habita pertencia à cerâmica. Segundo os próprios moradores, eles encaminharam vários documentos à prefeitura reivindicando essa situação, afirmando ainda que algumas crianças já haviam se ferido e uma gravemente, ficando internada durante três meses. Com isso, conseguiram pela justiça que a cerâmica fosse proibida de depositar qualquer material na área em que hoje a população de caranguejeiros ainda vive.

Depois do derramamento de óleo em 2000^{vii}, o qual teria afetado os mangues de onde a comunidade tira sua subsistência, a população teria se unido e constituído a Associação de Pescadores de Itambi- Itapesca, para que assim pudessem ter mais força política e para que futuros impactos semelhantes a esse fossem contornados com mais rapidez e intensidade.

Em uma reunião do Conselho Gestor da APA de Guapimirim e da ESEC da Guanabara (CONAPAGUAPI), realizada dia 29 de outubro de 2009, com a participação de membros da Associação dos Moradores e da Associação de Pescadores de Itambi, constatou-se que, a partir da reivindicação dessas associações em reuniões anteriores, os membros do conselho estariam entrando em acordo para que os caranguejeiros e pescadores cadastrados da região pudessem realizar suas atividades (cata de caranguejo, siri, pesca...) dentro da ESEC, mesmo que pelo SNUC essa UC seja considerada área de preservação permanente, estando proibida a coleta de componentes dos ecossistemas para quaisquer outros fins que não sejam científicos.

Evidenciou-se em trabalho anterior (MOYSÉS, 2010) a falta de clareza da Comunidade de Itambi em relação à sua mudança, dos motivos, dos *meios* e dos *fins*, assim como dos trâmites legais dessa política. Da mesma forma, evidenciou a falta da participação da comunidade em processos decisórios relevantes que interferem diretamente a vida desses indivíduos.

Identificaram-se também algumas estratégias como ofertas de emprego, instalação de creche e posto de saúde que podem atuar como medidas para desestabilizar e enfraquecer a ação política do coletivo (ACSELRAD, MELLO & BEZERRA, 2009) no que parece o principal objetivo da Comunidade de Itambi nesse momento histórico, a permanência em seu território de vida, afetividade e sobrevivência.

Acredita-se, contudo, que a célula possível de pressão que se verifica atualmente na comunidade possa ser fortalecida, frente às outras conquistas políticas da comunidade pelas suas Associações de Moradores e Pescadores. A comunidade parece, nesse momento, estar debatendo e se organizando politicamente na busca de mecanismos para a defesa de seus direitos legítimos, a começar pelo direito de manterem sua identidade (SOUZA, 2004, p.390).

Vários moradores levantam que se deveria, de fato, criar condições e investir para que aquela área constitua-se em uma Vila de Pescadores, já que o local, segundo eles, possui condições naturais favoráveis, atividade comunitária, saberes contextuais ambientais úteis tanto às formas produtivas locais, como para a conservação e manutenção dos mangues da APA de Guapimirim. Além disso, já se constitui em um ponto de referência em relação ao caranguejo e com a construção do Centro Comunitário no local fortaleceria ainda mais suas

atividades produtivas, sendo ainda um lugar para a venda de artesanatos, já que parte da comunidade já possui práticas nessa atividade.

Acredita-se que nesse momento a Comunidade de Itambi deva buscar possíveis estratégias a partir do confronto racional de argumentos, demonstrando outras possibilidades de políticas públicas que considerem e valorizem as potencialidades locais, tais como políticas que visem à manutenção da qualidade de vida da Baía de Guanabara, assim como a dos mangues da APA de Guapimirim, que fortaleçam as atividades produtivas locais (a cata de caranguejo, de siri, a pesca), e até que desenvolvam o ecoturismo, o que já se constitui em um projeto da Prefeitura de Itaboraí e a principal possibilidade apontada pela Cooperativa de Manguezal Fluminense^{viii} (HERRERA, FERREIRA e RODRIGUES, 2009).

Com isso, não apenas seria uma política do reconhecimento da diferença e conseqüentemente da diminuição de desigualdades, como também da reprodução de saberes ambientais que contribuiriam para a conservação daqueles manguezais, favorecendo a qualidade ambiental local/regional. Seria, dessa maneira, uma visão em longo prazo.

Políticas legítimas e dignas, além de reproduzirem o capital territorial local, não destroem o capital local de outros sistemas ligados por interações materiais e imateriais (DEMATTEIS, 2008, p.43). E pelo *espírito de respeito às diferenças legítimas* pode, ademais, “servir para questionar a legitimidade das próprias regras do jogo econômicas e políticas da sociedade atual” (SOUZA, 2004, p.390).

Além disso, verificar a possível criação de alianças em outras esferas de poder e organizações em rede com outras comunidades de Itambi e do Brasil que passam por processos semelhantes fortalecendo a luta por uma margem de manobra institucional que permita a sua manutenção nos mangues e a constituição da área da Bacia em uma Vila de Pescadores.

Acredita-se que um dos papéis da Academia seja a busca por mudanças práticas na realidade. Em outras palavras, compreender outras racionalidades a partir dos diferentes sujeitos, para que as mudanças se concretizem quando os sujeitos forem mais participativos dos projetos de desenvolvimento que os incluem. Socializar o conhecimento sobre os problemas evidenciando outras racionalidades, como nos alerta Souza (2000), é essencial para incentivar mais pessoas a se integrarem nos debates e processos decisórios como para prestar contas aos atores já envolvidos, sobre os trâmites legais, as modificações e implementações de propostas. O incentivo à mobilização e participação da população deve ser compartilhado entre as organizações civis da sociedade e o Estado. Devemos buscar mais dados sobre as realidades locais, e as estratégias e os planos devem estar disponíveis a uma população letrada, porém de baixa escolaridade ou elementar. Ou seja, todas as propostas de intervenção/ação no território devem ser totalmente claras aos

principais envolvidos, o “requisito da transparência é condição *sine qua non* para decisões com conhecimento de causa e o exercício da autonomia”, sem a sonegação “de informações-chaves, seja quanto aos fins, seja quanto aos meios” (p.96).

Procura-se aqui propor e alertar para as contradições e riscos embutidos nas políticas feitas por outros grupos que não sejam os diretamente envolvidos nestas, assim como perceber a transparência dessas políticas públicas que envolvem os moradores da Comunidade de Itambi e se essas contribuirão para uma melhor qualidade de vida e mais justiça social para essa população.

Ao mostrar a realidade da Comunidade de Itambi procura-se evidenciar aqui a identidade territorial como possibilidade de transformação social, fortalecendo lutas que não necessariamente buscam certos “ideais comuns”. Acredita-se assim que as potencialidades específicas locais deveriam ser potencializadas com a participação dos sujeitos nos processos decisórios nos projetos de desenvolvimento do território em que esses estão inseridos. Procura-se assim evidenciar e fortalecer a luta dessa e de outras populações do Brasil por mais direitos e liberdades. Esse trabalho tenta contribuir dessa forma com a luta pela efetiva justiça social, para a diminuição das desigualdades e para o reconhecimento da diversidade territorial.

ⁱ Entende *des-re-territorialização* a partir de Haesbaert (2004).

ⁱⁱ Haesbaert (2007, p.21) afirma que embora Lefèbvre se refira sempre a espaço e não a território, ele não trata o espaço de maneira genérica e abstrata, e sim como um espaço-processo. Assim, o espaço, enquanto concebido, percebido e vivido, é sempre um espaço socialmente construído.

ⁱⁱⁱ Discussão central em seu livro de 2004, **O Mito da Desterritorialização**, no qual o autor afirma que não estaríamos vivendo uma desterritorialização, como muitos defendiam/defendem, como Virilo e Badie, e sim vivenciando uma multiterritorialidade. A interconexão de territórios-zona, mais tradicionais, com territórios-rede, mais envolvidos pela fluidez e a mobilidade, nos leva, dessa maneira, a expressão da multiterritorialidade vivenciada por diferentes sujeitos, porém mantendo a sua singularidade nos diferentes lugares, assim como afetando diferentemente e desigualmente os diferentes lugares e grupos sociais.

^{iv} Grifo nosso.

^v Está localizada na cidade do Rio de Janeiro e é especializada na prestação de serviços de Consultoria e Engenharia. (Disponível em: <<http://www.planave.com/index.htm>>, Acesso em 20 de março de 2010).

^{vi} Foram verificadas em trabalho anterior (MOYSÉS, 2008) atividades dos caranguejeiros que contribuem com a conservação dos mangues da APA de Guapimirim: catam garrafas *pet*, evitam cortar galhos de mudas e novas ramagens, plantam a vegetação de mangue por conta própria, não catam fêmeas e em período de desova, entre outros.

^{vii} O acidente da Refinaria Duque de Caxias, em janeiro de 2000, com mais de 1 milhão de litros de óleo combustível na Baía de Guanabara (SOARES, 2002).

^{viii} Foi executado pela OSCIP INNATUS (Instituto Nacional de Tecnologia e Uso Sustentável), em parceria com a APA Guapimirim (HERRERA, FERREIRA e RODRIGUES, 2009).

Referências Bibliográficas

DEMATTEIS, Giuseppe. Sistema Local Territorial (SLOT): um instrumento para representar, ler e transformar o território. In: Alves, Francelino Adilson; CARRIJO, Beatriz Rodrigues e CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa (org). **Desenvolvimento territorial e Agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p.33-46.

HAESBAERT, Rogério. Vivendo no Limite: Dilemas do Hibridismo e da Multi/Transterritorialidade. In: Zusman, P. et al. (org.). **Geografias Culturales: aproximaciones, intersecciones y desafios**. Buenos Aires: Editora UBA, no prelo.

_____. Hibridismo, Mobilidade e Multiterritorialidade numa perspectiva geográfico-cultural integradora. In: Ângelo Serpa. (Org.). **Espaços Culturais: vivências, imaginações e representações**. 1 ed. Salvador: EDUFBA, 2008, v. , p. 393-419.

_____. Território e Multiterritorialidade: Um Debate. In: **GEOgraphia**. Ano IX, nº17. Niterói/RJ, UFF/EGG, 2007, p.19- 45.

_____. Identidades Territoriais: Entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAUJO, Frederico Guilherme Bandeira de e HAESBAERT, Rogério (org). **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007, p.33-56.

_____. **O mito da desterritorialização: Do "Fim dos Territórios" à Multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HERRERA, Breno; FERREIRA, Francisco Pontes de Miranda e RODRIGUES, Layse. Experiência da Cooperativa Manguezal Fluminense na APA Guapimirim. In: **IV Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social (SAPIS) – Belém (PA)**, 2009.

MOYSES, Yana dos Santos. **A instalação do COMPERJ e des-re-territorialização da Comunidade de Itambi (Itaboraí, Rio de Janeiro): Desenvolvimentos e Sustentabilidades**. Dissertação de Mestrado- Departamento de Geografia. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2010.

_____. **A importância da articulação dos conhecimentos científicos e tradicionais para a conservação dos manguezais da APA de Guapimirim**. Monografia (Final do Curso de Oceanografia) – Faculdade de Oceanografia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro: UERJ, 2008.

RUA, João. Desenvolvimento, espaço e sustentabilidades. In: RUA, João (org.) **Paisagem, Espaço e Sustentabilidades: uma perspectiva multidimensional da geografia**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2007, p.143-194.

SACK, R. **Human territoriality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAQUET, Marcos Aurelio e BRISKIEVICZ, Michele. Territorialidades e Identidade: Um patrimônio no desenvolvimento territorial. In: **Caderno Prudentino de Geografia**, nº31, vol.1, 2009.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SOARES, Mário Luiz Gomes. **Diagnóstico de danos causados aos manguezais da baía de Guanabara pelo derramamento de 2000**. Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Rio de Janeiro, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a Cidade: Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos**. 3ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Território do Outro, problemática do mesmo? O princípio da Autonomia e a superação da dicotomia Universalismo Ético versus Relativismo Cultural. In: ROSENDAHL, Zeny & CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Religião, Identidade e Território**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001, p.145-176.

_____. O Planejamento e a gestão das cidades em uma perspectiva autonomista. In: **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano V, nº8, 2000, p.67-100.

Outras fontes:

REUNIÃO do CONAPAGUAPI, 29 de outubro de 2009.

ENTREVISTAS:

Gestores do Conjunto Habitacional do PAC:

Arquiteto e Urbanista, Entrevista realizada no dia 28/09/2009.

Assistente Social, Entrevista realizada no dia 16/09/2009.

Pedagogo, Entrevistas realizadas nos dias, 16/09/2009 e 28/09/2009.

Gestores das Unidades de Conservação:

Chefe da APA de Guapimirim, Entrevista realizada em 03/11/2009.
Chefe da ESEC da Guanabara, Entrevista realizada em 03/11/2009.
Chefe da APA de Guapimirim (Resposta em formato de texto enviada via e-mail dia 04/11/2009)

Comunidade de Itambi :

A., caranguejeiro, 33 anos, 2 filhos. Nasceu em São Gonçalo, mora a 25 anos em Itambi. Entrevista realizada em 25-11-2007. O pai era caranguejeiro.

A.O., caranguejeiro, 35 anos, 2 filhos. Nasceu em Itambi. Entrevistas realizadas em 20-12-2007 e 13-10-2008. O pai e a mãe eram caranguejeiros.

C., caranguejeiro, separado, 39 anos, 3 filhos. Nasceu em São Gonçalo, mora desde pequeno em Itambi. Entrevistas realizadas em 25-11-2007, 13-10-2008 e 16-09-2009. O pai era caranguejeiro.

F., caranguejeiro, casado, 72 anos, 5 filhos, nasceu em Itapiruna. Reside há 40 anos em Itambi. Entrevista realizada em 04-12-2007. Sempre foi caranguejeiro e o filho que mora com ele também é caranguejeiro.

J., casada. 30 anos. 1 filho. O marido é caranguejeiro e o pai é aposentado como pescador. Entrevista realizada em 11-02-2010.

J., 18 anos. Toda a sua família sempre trabalhou nos manguezais. Faz artesanatos. Entrevistas realizadas em 27-07-2007, 13-10-2008 e 16/09/2009.

J.A, casada. 31 anos. 2 filhos. O marido é caranguejeiro. Entrevista realizada em 11/02/2010.

J.B., 49 anos. 6 filhos, 5 netos. Mexe com caranguejo. Entrevista realizada 16/09/2009.

M., separada, 53 anos, 10 filhos gerados, seis filhos vivos. Nasceu em São Gonçalo. Mora a 40 anos em Itambi. Entrevistas realizadas em 27-07-2007, 13-10-2008 e 16/09/2009. O ex-marido é caranguejeiro e o filho que mora com ela também, durante toda a sua vida sua renda familiar veio dos manguezais.

M.H., casada, 50 anos. O marido é caranguejeiro. Mora com duas netas. Entrevista realizada em 11/02/2010.

P., caranguejeiro, 32 anos, 4 filhos. Nasceu em Niterói. Mora em Itambi desde os 3 anos de idade. Entrevista realizada em 01-12-2007. O pai era pescador, cata caranguejo desde os oito anos de idade.

S., casado, caranguejeiro, 63 anos, 10 filhos. Nasceu em São Gonçalo. Reside a 30 anos em Itambi. Entrevista realizada em 27-07-2007. Durante toda a vida trabalhou nos manguezais.

Saída de barco:

B., caranguejeiro, casado, nasceu em Itambi, sempre trabalhou nos manguezais. Saída: 07-10-2007